

Japão Logística S.A. CNPJ nº 03.726.905/0001-31

Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 26 de abril de 2023. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	2022	2021		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Ativo			Saldos em 31/12/2020	3.166	633	19.447	3.194	26.440
Circulante	16.926	8.267	Lucro líquido do exercício	-	-	11.842	-	11.842
Caixa e equivalentes de caixa	5.747	2.151	Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício anterior	-	-	1.752	-	1.752
Dividendos a receber	11.179	6.116	Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.920)	-	(5.920)
Não Circulante	37.967	31.793	Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	113	(113)	-
Impostos a recuperar	590	528	Saldos em 31/12/2021	3.166	633	27.234	3.081	34.114
Investimentos em coligadas	37.377	31.265	Lucro líquido do exercício	-	-	22.334	-	22.334
Total do Ativo	54.893	40.060	Dividendos pagos de exercícios anteriores	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021	Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(11.167)	-	(11.167)
Circulante	11.192	5.946	Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	112	(112)	-
Contas a pagar	-	3	Saldos em 31/12/2022	3.166	633	36.933	2.969	43.701
Obrigações com partes relacionadas	19	19	Demonstrações do Resultado	2022	2021	Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Outras obrigações	6	4	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.358	12.231	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	11.167	5.920	Despesas/ Receitas Operacionais			Lucro líquido do exercício	22.334	11.842
Patrimônio Líquido	43.701	34.114	Gerais e administrativas	(580)	(505)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Capital social	3.166	3.166	Resultado financeiro, líquido	556	116	Equivalência patrimonial	(22.358)	(12.231)
Reserva legal	633	633	Lucro Operacional antes do IR e da CS	22.334	11.842	Variação nos ativos operacionais:		
Reserva de lucros	36.933	27.234	Imposto de Renda e Contribuição Social			Impostos a recuperar	(62)	(32)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.969	3.081	Lucro Líquido do Exercício	22.334	11.842	Varição nos passivos operacionais:		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	54.893	40.060	Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - R\$	3,60	1,91	Contas a pagar	(3)	(67)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Japão Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres de importação e exportação em centro logístico industrial aduaneiro no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCP 07. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R\$). **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido

de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, e é provável que uma saída de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e não vigentes.**

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao CPC 15 (R1) Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual de 2018; para obrigações dentro do escopo da CPC 25 o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados; para tributo dentro do escopo da do ICPC 21 o comprador adota o ICPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1. Substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial, em que a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Alterações ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.
--	---

A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Capital Social:** O capital social é representado por 6.208.211 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 3.166. A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, nos termos da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da Companhia não prevê o dividendo obrigatório, sendo, portanto, reconhecido 50% do lucro líquido ajustado, podendo esse ser distribuído em percentual inferior ao estipulado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Lucro por ação:	2022	2021
Lucro líquido do exercício	22.334	11.842
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	6.208	6.208
Lucro básico e diluído por ação - R\$	3,60	1,91

Kaoru Aoki - Diretor-Presidente
Eduardo Yoshimitsu Hidaka
 Contador - CRC 1 SP 219788/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>